

Zygmunt Bauman

**A RIQUEZA DE
POUCOS BENEFICIA
TODOS NÓS?**

Tradução:
Renato Aguiar



Título original:
Does the Richness of the Few Benefit Us All?

Tradução autorizada da primeira edição inglesa,
publicada em 2013 por Polity Press, de Cambridge, Inglaterra,
em conjunto com Gius. Laterza & Figli, de Roma, Itália

Copyright © 2013, Zygmunt Bauman

Copyright da edição em língua portuguesa © 2015:
Jorge Zahar Editor Ltda.
rua Marquês de S. Vicente 99 – 1º | 22451-041 Rio de Janeiro, RJ
tel (21) 2529-4750 | fax (21) 2529-4787
editora@zahar.com.br | www.zahar.com.br

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo
ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

Grafia atualizada respeitando o novo
Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Preparação: Angela Ramalho Vianna | Revisão: Vania Santiago, Eduardo Monteiro
Capa: Sérgio Campante | Fotos da capa: © Jonathan Kitchen/Getty Images;
© Sean_Warren/iStock; © RyanJLane/iStock; © MassimilianoPhotos/iStock

CIP-Brasil. Catalogação na fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

B341r Bauman, Zygmunt, 1925-
A riqueza de poucos beneficia todos nós?/Zygmunt Bauman; tradução
Renato Aguiar. – 1.ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

Tradução de: *Does the richness of the few benefit us all?*
ISBN 978-85-378-1416-1

1. Sociologia. I. Título.

15-19390

CDD: 305
CDU: 316.7

“Pois àquele que tem, lhe será dado e lhe será dado em abundância, mas ao que não tem, mesmo o que tem lhe será tirado.”

MATEUS 13.12

“Onde quer que haja grande propriedade, há grande desigualdade. Para um homem muito rico, é preciso que haja pelo menos quinhentos pobres.”

ADAM SMITH

“A disposição para admirar e quase idolatrar os ricos e poderosos – e para desprezar ou pelo menos negligenciar pessoas de condição pobre ou miserável – é a grande causa, e a mais universal, da corrupção dos nossos sentimentos morais.”

ADAM SMITH

“Não descarteis razão
Por diferença; mas valei-vos de vossa razão
Para fazer surgir a verdade onde ela pareça oculta,
E onde esconder o falso pareça verdade.”

SHAKESPEARE, *Medida por medida*

O quanto somos hoje desiguais?

Permitam-me começar com alguns números ilustrativos da grandiosidade desses novos processos mencionados na Introdução. Entre eles, o mais seminal é a descoberta, ou melhor, a compreensão um tanto atrasada, de que a “grande divisão” nas sociedades norte-americana, britânica e um grande número de outras “se dá agora menos entre a parte mais alta, média e mais baixa da escala do que entre um minúsculo grupo no topo e quase todos os demais”.¹

Por exemplo, “o número de bilionários nos Estados Unidos aumentou quarenta vezes nos últimos 25 anos, até 2007, enquanto o total de riqueza dos quatrocentos americanos mais ricos aumentou de US\$ 169 bilhões para US\$ 1,5 trilhão”. Depois de 2007, durante os anos de colapso do crédito seguidos por depressão econômica e desemprego crescente, a tendência adquiriu ritmo verdadeiramente exponencial: em vez de atingir a todos em igual medida,

como era amplamente esperado e retratado, o flagelo se mostrou severa e tenazmente seletivo na distribuição de seus golpes. Em 2011, o número de bilionários nos Estados Unidos alcançou seu recorde histórico até a data, chegando a 1.210, ao passo que sua riqueza combinada cresceu de US\$ 3,5 trilhões em 2007 para US\$ 4,5 trilhões em 2010.

Em 1990, você precisava de uma fortuna de £ 50 milhões para entrar na lista dos duzentos residentes mais ricos da Grã-Bretanha, compilada anualmente pelo *Sunday Times*. Em 2008, este número tinha aumentado vertiginosamente para 430 milhões de libras, um crescimento de quase nove vezes.²

Feitas as contas, “a riqueza combinada das cem pessoas mais ricas do mundo é quase duas vezes maior que aquela dos 2,5 bilhões de mais pobres”. Segundo o World Institute for Development Economics, com base em Helsinque, as pessoas na faixa do 1% mais rico da população mundial são quase 2 mil vezes mais ricas que aquelas na faixa dos 50% da faixa inferior da escala.³

Tendo recentemente examinado estimativas de desigualdade global, Danilo Zolo concluiu que

pouquíssimos dados são necessários para confirmar, de maneira drástica, que o sol está no ocaso da “Era dos Direitos”

no período da globalização. A Organização Internacional do Trabalho estima que 3 bilhões de pessoas vivam hoje abaixo da linha de pobreza, estabelecida em US\$ 2 por dia.⁴

Assim como destacou Zolo, John Galbraith, no prefácio do *Human Development Report* do Programa de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, em 1998, documentou que 20% da população mundial açambarcavam 86% de todos os bens produzidos no mundo, ao passo que os 20% mais pobres consumiam apenas 1,3%. Hoje, por outro lado, após quase quinze anos, esses números vão de mal a pior: os 20% mais ricos da população mundial consomem 90% dos bens produzidos, enquanto os 20% mais pobres consomem 1%. Estimou-se também que as vinte pessoas mais ricas do mundo têm recursos iguais aos do bilhão de pessoas mais pobres.

Há dez anos, Glenn Firebaugh observou que uma tendência de longa duração na desigualdade mundial mostrava sinais de reversão: de desigualdade crescente entre nações e desigualdade constante ou declinante dentro de cada nação para desigualdade declinante *entre nações* e desigualdade crescente *dentro de cada uma delas*.⁵ Enquanto isso, as economias nacionais “em desenvolvimento” ou “emergentes” registraram um influxo maciço de capital em busca de novas “terras virgens”, auspiciosas de lucro rápido e povoadas

por mão de obra barata e submissa, até então não contaminada pelo bacilo do consumismo e pronta a trabalhar por salários de mera sobrevivência; postos de trabalho desapareceram nas economias “desenvolvidas” em ritmo acelerado, deixando a força de trabalho local ainda em condições de barganha em estado de rápida deterioração.

Dez anos mais tarde, François Bourguignon descobriu que, embora a desigualdade planetária (entre economias nacionais), medida em renda per capita média, continue até aqui a encolher, a distância entre os mais ricos globais e os mais pobres globais continua a crescer, e os diferenciais de renda dentro dos países continuam a se expandir.⁶

Quando Érik Orsenna foi entrevistado por Monique Atlan e Roger-Pol Droit, o economista e romancista ganhador do Prêmio Goncourt resumiu a mensagem transmitida por todos esses números e muitos outros semelhantes. Ele insistiu em que as transformações recentes só beneficiaram uma minoria infinitamente pequena da população mundial; sua escala genuína nos escaparia se continuássemos a confinar nossa análise, como fazíamos apenas há uma década, aos ganhos médios dos 10% situados no alto da escala.⁷ Para compreender o mecanismo do presente, uma *mutação* em curso (em oposição à mera “fase num ciclo”), é preciso focalizar no 1% mais rico, talvez mesmo no 0,1%. Deixar de fazê-lo significa perder o verdadeiro impacto da

mudança, que consiste na *degradação das “classes médias” à condição de “preariado”*.

Essa sugestão é confirmada por todos os estudos, concentrem-se eles no país do próprio pesquisador ou venham de onde quer que seja. Além disso, por outro lado, todos os estudos ainda concordam sobre outro ponto: *em quase toda parte do mundo a desigualdade cresce rapidamente, e isso significa que os ricos, em particular os muito ricos, ficam mais ricos, enquanto os pobres, em particular os muito pobres, ficam mais pobres* – com toda certeza em termos relativos, mas, num número crescente de casos, também em termos absolutos.

Além disso, pessoas que são ricas estão ficando mais ricas apenas porque já são ricas. Pessoas que são pobres estão ficando mais pobres apenas porque já são pobres. Hoje, a desigualdade continua a aprofundar-se *pela ação de sua própria lógica e de seu momentum*. Ela não carece de nenhum auxílio ou estímulo a partir de fora – nenhum incentivo, pressão ou choque. A desigualdade social parece agora estar mais perto que nunca de se transformar no primeiro moto-perpétuo da história – o qual os seres humanos, depois de inumeráveis tentativas fracassadas, afinal conseguiram inventar e pôr em movimento. Entre os novos processos, é o segundo que nos obriga a pensar na desigualdade social a partir de uma perspectiva nova.

Já há muito tempo, em 1979, um estudo da Universidade Carnegie demonstrou com nitidez o que sugeria o enorme montante de indícios disponíveis na época, e que a experiência da vida comum continuou diariamente a confirmar: o futuro de cada criança era amplamente determinado pelas suas circunstâncias sociais, pelo local geográfico de seu nascimento e o lugar de seus pais na sociedade de seu nascimento – e não por seu próprio cérebro, talento, esforço e dedicação. O filho de um advogado de grande empresa tinha 27 vezes mais chances que o filho de um funcionário subalterno com emprego intermitente (ambos sentados no mesmo banco da mesma sala de aula, com o mesmo bom desempenho, estudando com a mesma dedicação e ostentando o mesmo QI) de receber, aos quarenta anos, um salário que o situasse na faixa dos 10% mais ricos do país; seu colega de classe teria somente uma chance em oito de ganhar uma renda sequer mediana.

Menos de três décadas depois, em 2007, as coisas ficaram muito piores. O fosso tinha se ampliado e aprofundado, tornando-se mais insuperável que nunca. Um estudo do Gabinete do Orçamento do Congresso dos Estados Unidos constatou que a riqueza do 1% mais rico dos americanos totalizava US\$ 16,8 trilhões, 2 trilhões a mais que a riqueza combinada dos 90% localizados na parte inferior da população. Segundo o Center for American Progress, durante essas

três décadas, a renda média dos 50% na base da escala cresceu 6%, enquanto a renda do 1% no topo cresceu 229%.⁸

Em 1960, a remuneração de um diretor executivo das maiores empresas americanas, descontados os impostos, era doze vezes maior que o salário médio de um trabalhador de fábrica. Em 1974, salário, gratificações e benefícios do diretor executivo tinham aumentado para 35 vezes a remuneração do trabalhador médio da empresa. Em 1980, o diretor executivo médio já estava ganhando 42 vezes mais que o operário comum, dobrando, dez anos depois, para 84 vezes. Então, por volta de 1980, a hiperaceleração da desigualdade alçou voo. Em meados dos anos 1990, segundo a *Business Week*, o fator já era de 135 vezes. Em 1999, havia alcançado quatrocentas vezes, e no ano 2000 saltou para 531.⁹ Estes são apenas alguns poucos exemplos dentre uma quantidade crescente de “fatos da vida” semelhantes e de números que tentam captá-los, quantificá-los e medi-los. Pode-se seguir adiante, citando-os infinitamente, pois não há escassez de novos números, cada qual com uma pesquisa que se acrescenta à massa já acumulada.

Quais são, contudo, as realidades sociais que esses números refletem?

É assim que Joseph Stiglitz resume as revelações das duas ou três décadas consecutivas, em tese as mais prósperas na história do capitalismo, que precederam o colapso do crédito

em 2007 e a depressão daí decorrente: a desigualdade sempre foi justificada com base no argumento de que aqueles que estão no topo da escala contribuíam mais para a economia, desempenhando o papel de “criadores de emprego”. Mas “então vieram 2008 e 2009, e a gente viu esses caras que levaram a economia à beira da ruína pularem fora com centenas de milhões de dólares”. Obviamente, dessa vez não foi possível justificar as remunerações em termos da contribuição de seus beneficiários para a sociedade; o que eles deram em contribuição não foram novos empregos, eles aumentaram as filas de “pessoas *redundantes*” (como são alcunhados hoje os desempregados, e não sem sólidos motivos).

Em *The Price of Inequality*, Joseph Stiglitz adverte que os Estados Unidos estão se tornando um país

no qual os ricos vivem em comunidades muradas, matriculam os filhos em escolas caras e têm acesso a assistência médica de primeira classe. Enquanto isso, os demais vivem num mundo marcado por insegurança, na melhor das hipóteses, por educação medíocre e, de fato, por assistência médica racionada.¹⁰

Eis um *retrato de dois mundos* com pouca ou nenhuma interface nem pontos de encontro entre si, e, assim, com sua comunicação praticamente rompida. (Nos Estados Uni-

dos, tanto quanto na Grã-Bretanha, famílias começaram a reservar parcela cada vez maior de sua renda para cobrir os custos de viver tanto geográfica quanto socialmente a distância – quanto mais longe melhor – de “outras pessoas”, em particular dos pobres.)

Em seu aguçado e brilhante exame do presente estado de desigualdade, Daniel Dorling, professor de geografia humana na Universidade Sheffield, dá carnadura aos ossos do esqueleto da síntese de Stiglitz, ao mesmo tempo que leva a perspectiva de um único país para o âmbito planetário:

O décimo mais pobre da população mundial passa fome regularmente; o décimo mais rico não é capaz de se lembrar de um tempo de fome na história de sua família. O décimo mais pobre só raramente pode assegurar a mais básica educação para seus filhos; o décimo mais rico se interessa em pagar encargos escolares suficientes para garantir que seus filhos só precisem conviver com “iguais” e com os “melhores”, pois passaram a temer que os filhos convivam com outros tipos de criança. O décimo mais pobre vive sempre em lugares onde não há nenhuma assistência social, nenhum benefício empregatício; o décimo mais rico não é capaz sequer de se imaginar tentando viver desses benefícios. O décimo mais pobre só pode garantir trabalho diário na cidade, ou é camponês em áreas rurais; o décimo mais rico não é capaz de

se imaginar sem um salário mensal garantido. Acima deles, a fração de percentagem no topo da escala, os muito ricos, não pode se imaginar sobrevivendo de um salário, em lugar da renda advinda dos juros de sua riqueza.¹¹

Ele conclui: “À medida que as pessoas se polarizam geograficamente, elas começam a saber cada vez menos umas das outras e a imaginar cada vez mais.”¹²

Ao mesmo tempo, em sua manifestação mais recente, intitulada “Inequality: the real cause of our economic woes”, Stewart Lansley concorda com o veredicto de Stiglitz e de Dorling, de que, assistido pelo poder, o dogma que confia aos ricos o crédito de estarem prestando serviço à sociedade ao enriquecer nada mais é que uma mescla de mentira deliberada com cegueira moral urdida:

Segundo a ortodoxia econômica, uma boa dose de desigualdade leva a economias mais eficientes e crescimento mais rápido. Isso se dá porque retornos mais altos e impostos menores no topo da escala – segundo afirmam – fomentam o empreendedorismo e engendram um bolo econômico maior.

Assim, terá dado certo a experiência de trinta anos de fomento da desigualdade? Os indícios sugerem que não. A disparidade de riqueza atingiu dimensões extraordinárias, mas sem o progresso econômico prometido. Desde 1980, as

taxas de crescimento e de produtividade do Reino Unido têm sido $\frac{1}{3}$ menores, e o desemprego, cinco vezes maior que na era mais igualitária do pós-guerra. As três recessões pós-1980 foram mais profundas e duráveis que aquelas dos anos 1950 e 1960, culminando na crise dos últimos quatro anos. O resultado essencial da experiência pós-1980 foi uma economia mais polarizada e mais propensa a crises.¹³

Observando que “fatias salariais declinantes retiram demanda de economias pesadamente dependentes das despesas dos consumidores”, de modo que “as sociedades de consumidores perdem a capacidade de consumir”, e que “concentrar os lucros do crescimento nas mãos de uma pequena elite financeira global leva a bolhas de ativos”, Lansey chega a uma conclusão inevitável: *as duras realidades da desigualdade social são ruins para todos ou quase todos no seio da sociedade*. E ele sugere uma sentença que deveria ter decorrido de tal veredicto: “A lição central desses últimos trinta anos é que um modelo econômico que permite que os membros mais ricos da sociedade acumulem uma fatia cada vez maior do bolo irá finalmente destruir-se. Parece que se trata de uma lição que ainda deve ser aprendida.”

Essa é uma lição que precisamos aprender, e é imperativo aprendê-la para não atingirmos o ponto de não retorno, o momento em que o “modelo econômico” corrente,

tendo emitido tantas advertências de catástrofe iminente sem todavia captar nossa atenção nem nos incitar à ação, realiza seu potencial “autodestrutivo”. Richard Wilkinson e Kate Pickett, autores de um estudo revelador, *The Spirit Level: Why More Equal Societies Almost Always Do Better*,¹⁴ destacam, no prefácio a quatro mãos do livro de Dorling, que é uma completa mentira a crença segundo a qual “pagar imensos salários e bônus” seria correta porque os “raros talentos” beneficiariam o restante da sociedade. Uma mentira que nós engolimos com compostura apenas para aumentar nosso perigo e, em última análise, à custa de nossa autodestruição.

Desde a publicação do estudo de Wilkinson e Kate Pickett, os indícios do impacto prejudicial, e muitas vezes devastador, dos níveis altos e crescentes da desigualdade sobre patologias de coabitação humana, e a gravidade dos problemas sociais, só se consolidaram e seguem se consolidando. A correlação entre altos níveis de desigualdade de renda e volume crescente de patologias sociais está agora amplamente confirmada. Um número cada vez maior de pesquisadores e analistas destaca ainda que, além de seu impacto negativo sobre a qualidade de vida, a desigualdade também tem um efeito adverso sobre o desempenho econômico. Em vez de incrementá-lo, ela o tolhe e sustém.

No estudo já citado, Bourguignon seleciona algumas das causas desse último fenômeno: empreendedores potenciais são privados de acesso a créditos bancários por não disporem das garantias exigidas pelos credores; ou os custos crescentes da educação tiram dos jovens talentosos a chance de adquirir as habilidades de que precisam para desenvolver e aplicar sua capacidade. Ele acrescenta ainda o impacto negativo do acirramento das tensões sociais e do ambiente de insegurança – os custos rapidamente crescentes dos serviços de segurança corroem recursos que podiam ter melhor uso econômico.¹⁵

Assim, para resumir: haverá verdade naquilo em que tantos de nós acreditamos, a que todos nós somos pressionados e tangidos a acreditar, e que estamos lamentavelmente tentados e inclinados a aceitar? É verdade, em suma, que “a riqueza de poucos beneficia todos nós”? É verdade que toda interferência na desigualdade natural dos seres humanos é prejudicial à saúde e ao vigor da sociedade, bem como a seus potenciais criativos e produtivos, que todos têm o interesse em ampliar e defender até o mais alto nível? É verdade que a diferenciação de posições, capacidades, direitos e recompensas sociais reflete as diferenças de talentos naturais e das contribuições de seus membros para o bem-estar da sociedade?

O resto do argumento tentará mostrar por que essas e outras crenças semelhantes são mentirosas e por que têm

pouca ou nenhuma chance de jamais se tornarem verdadeiras e cumprir sua (enganosa) promessa. Ele também tentará descobrir por que, apesar da inverdade cada vez mais evidente dessas crenças, nós continuamos a negligenciar a duplicidade de suas promessas e a não desvendar o verdadeiro caráter da total improbabilidade de que venham a cumpri-las.